

## Educação Patrimonial

ressignificando memórias e histórias de vida a partir do Museu Casa Margarida Maria Alves

## Heritage Education

resignifying memories and life stories from the Casa Margarida Maria Alves Museum

Gercimária Sales da Silva <sup>1</sup> 

João Batista Gonçalves Bueno <sup>2</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. e-mail: gercimaria@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. e-mail: joaobgbueno@hotmail.com

### RESUMO

O artigo em questão situa-se no campo de formação de professores e da educação patrimonial, propondo uma reflexão sobre como os conceitos de memória e patrimônio podem fazer parte das aulas desenvolvidas por professores do nível fundamental I. O objetivo desse estudo centrou-se no processo de valorização da instituição museal Casa Margarida Maria Alves junto aos professores da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro, de Alagoa Grande, no estado da Paraíba. Partimos da ideia de que o reconhecimento do Museu Casa Margarida Maria Alves como espaço de memória, tinha a potencialidade de desencadear lembranças significativas de experiências vividas pelos professores. Neste artigo relatamos também o plano implementado na elaboração da oficina pedagógica que envolveu os professores da escola. Esta oficina proporcionou processos de sensibilização, de reflexão, de reconhecimento, de pertencimento e de valorização do patrimônio cultural local, considerando o Museu Casa e as possibilidades de sua apropriação no espaço da escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação patrimonial. Memória. Histórias de vida.

### ABSTRACT

The article in question is located in the field of teacher training and heritage education, proposing a reflection on how the concepts of memory and heritage can be part of the classes developed by teachers of fundamental level I. The objective of this study was in the process of valorization of the museal institution Casa Margarida Maria Alves, for the teachers of the Municipal School of Infant and Elementary Education Instituto Desembargador Severino Montenegro, from Alagoa Grande, in the state of Paraíba. We started from the idea that the recognition of the Casa Margarida Maria Alves Museum as a space of memory, had the potential to trigger significant recalls of experiences lived by teachers. In this article we also report on the plan implemented in the elaboration of the pedagogical workshop that involved the school teachers. This workshop provided processes of awareness, reflection, recognition, belonging and appreciation of the local cultural heritage, considering the Home Museum and the possibilities of its appropriation in the school space.

**KEYWORDS:** Heritage Education. Memory. Life stories.

Recebido: 10/09/2020 | Publicado: 14/10/2020

---

<sup>1</sup> Mestre em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professora da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro, de Alagoa Grande - PB.

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor Adjunto de História e Professor do Programa de Pós-graduação Profissional em Formação de Professores, ambos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a discutir questões relativas à educação patrimonial e à formação de professores, focalizando o estudo do Museu Casa de Margarida Maria Alves, localizado na cidade de Alagoa Grande no estado da Paraíba<sup>3</sup>. Foi nesta casa museu que desenvolvemos, no ano de 2019, oficinas pedagógicas de Educação Patrimonial com a participação de dez professores e professoras do nível fundamental 1, da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro, daquela cidade. Partimos da ideia de que os conceitos de memória e patrimônio poderiam fazer parte das aulas elaboradas por professores do nível fundamental I, contribuindo para a formação do sentimento de pertencimento dos seus educandos ao local.

Este Museu Casa expõe para o público, coleções de documentos e objetos que oportunizam a criação de diferentes representações sobre a memória da sindicalista Margarida Maria Alves e de sua luta pelos direitos dos trabalhadores rurais da Paraíba. Esse Museu foi fundado para servir como forma de rememorarmos a vida desta mulher, vinda das classes trabalhadoras e que foi a presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, de 1973 a 1983. Durante esses anos, ainda no período da ditadura civil-militar brasileira, essa mulher se destacou como uma das lideranças mais expressivas dos movimentos de trabalhadores rurais da região do nordeste brasileiro. Primeiramente sua participação no sindicato se deu como filiada, em seguida, como secretária, até concorrer aos pleitos de direção do sindicato. Seu primeiro cargo de comando foi como tesoureira, na gestão de 20 de dezembro de 1967 a 1969. Em 1973, concorreu e foi eleita pela primeira vez presidenta, sendo reeleita, sucessivamente, para os mandatos dos anos de 1976, 1979 e 1982, permanecendo nessa função até ser assassinada.

Margarida esteve envolvida na direção do sindicato por 12 anos e tornou-se a primeira mulher a presidir um sindicato de trabalhadores na Paraíba, algo inédito até aquela época. Ela participou do sindicato de Alagoa Grande durante vinte e três anos, e “atuou na organização de outros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na região da lavoura canavieira da Paraíba,

---

<sup>3</sup> Este artigo foi baseado na dissertação de mestrado de Gercimária Sales da Silva, sob orientação do Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno, no Programa de Pós- Graduação em Formação de Professores da UEPB, sob o título: **Educação Patrimonial: Ação Educativa no Museu Casa Margarida Maria Alves – Alagoa Grande/PB**. IN: Biblioteca digital de Teses e Dissertações da UEPB, Programa de pós-Graduação Profissional em Formação de Professores – PPGFPF. <<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3592>>.

chegando a influenciar nas políticas da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG” (FERREIRA, 2009).

Mas o que tornou Margarida Maria Alves, a principal líder sindical da região do Brejo Paraibano? Não é difícil responder essa indagação. Quando analisamos os documentos que fazem parte do acervo deste Museu, podemos entender sua trajetória de vida política. Na maioria dos registros de suas falas, ela expressava sua indignação diante das precárias condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais no campo. De acordo com Ferreira (2005, p. 104), “A consolidação como liderança não ocorreu do dia para a noite. Teve, na força dos seus discursos para o conjunto dos associados e demais trabalhadores/as, a *segurança* e o *sustentáculo* que eles necessitavam”.

Margarida era muito religiosa e professava a fé católica. Apesar disso, sempre se posicionava de forma crítica frente à atuação da igreja de Alagoa Grande na época da ditadura militar. Neste período, em 1971, ela se casou com Severino Cassimiro Alves que na época era o Presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande (FERREIRA, 2009). Vejamos o depoimento de Margarida Maria Alves:

Eu me lembro que, em 1962, quando o sindicato foi fundado, se falava muito nas Ligas Camponesas, em jornada de trabalho, que o trabalhador trabalhava dez, onze, doze horas. As Ligas estavam falando a verdade. Mas o padre não dava apoio às Ligas. E como eu era muito religiosa, aí não fiquei com as Ligas. Mas sempre achando que as Ligas tinham razão. Então a Igreja ajudou a fundar os sindicatos dizendo que os sindicatos eram desejo do Papa João XXIII. Veio a Revolução de 64. Foi um pega fogo, foi nego preso, morto e perseguido. Cassimiro foi perseguido, mesmo sendo do sindicato do padre. Cassimiro ficou doente dos nervos, pois ele ficou sozinho. A Igreja tirou o pezinho de banda, como se diz. ‘Fica aí, agora, Cassimiro, que não tem mais problema’. A Igreja ficou do lado do latifundiário, entendeu? (ROCHA, 1996, p. 37).

A partir desse discurso de Margarida, é possível percebermos que, apesar de sua crença religiosa, ela reconhecia que no momento em que os líderes sindicais precisaram de ajuda, a igreja se omitiu.

Nesse cenário, Margarida Maria Alves também se engajou em outros movimentos sociais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesta comissão ligou-se à Teologia da Libertação, movimento interno da igreja que contava com alguns religiosos preocupados com a defesa dos oprimidos e que se comprometia com uma práxis cristã que privilegiava a organização dos trabalhadores. Alguns adeptos dessa Teologia participaram de vários movimentos de luta por Direitos Humanos e se destacaram na luta pela Reforma Agrária. Por meio dessa ligação, Margarida enfrentou grandes batalhas com o Grupo da Várzea, formado por usineiros da zona canavieira paraibana, com abrangência política e econômica nas cidades

de Santa Rita, Tibiri, Pilar, Mogeiro, Ingá, Sapé e Alagoa Grande, e tinha como maiores expressões duas famílias: os Veloso Borges e os Ribeiro Coutinho (FERREIRA, 2009).

Sua trágica morte em 12 de agosto de 1983, foi muito divulgada na imprensa nacional e internacional da época e causou comoção entre os trabalhadores rurais paraibanos, bem como, entre os sindicalistas em nível nacional e em políticos que faziam oposição ao Regime Militar vigente na época. Por essa razão, sua história de vida não foi esquecida, e ela foi transformada em um dos símbolos da resistência dos trabalhadores rurais, em especial os que envolvem o trabalho feminino. Assim, em 26 de agosto de 2001, sua casa foi transformada no Museu Casa Margarida Maria Alves.

Reconhecemos que este Museu Casa é um espaço de memória importante para a comunidade local, pois representa um modo de vida que é muito semelhante ao que, nos dias de hoje, ainda é vivido por uma parte significativa da população da cidade de Alagoa Grande. Por essa razão, entendemos que era possível atribuir-lhe variados sentidos e significados por meio da rememoração de experiências vividas pelos(as) professores(as) da escola. Nos propusemos, então, a elaborar e incrementar oficinas pedagógicas que visassem à sensibilização, reflexão, reconhecimento, pertencimento e valorização do patrimônio cultural local, considerando a instituição museal e as possibilidades de sua apropriação no espaço escolar. Ao mesmo tempo compreendemos que era possível oferecermos subsídios sobre os conceitos de memória e educação patrimonial, para que os professores pudessem desenvolver atividades pedagógicas voltadas para a sensibilização e reflexão de seus estudantes.

Ao sugerirmos a implementação de práticas de educação patrimonial no meio escolar, buscamos aproximar professores e alunos aos espaços de memória. Procurando, dessa forma, contribuir para a construção de suas identidades culturais e para a criação do sentimento de pertencimento ao local, bem como, para a valorização e a preservação desse patrimônio.

De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4), a educação patrimonial refere-se a

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2014), a educação patrimonial constitui-se:

De todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem noções de Patrimônio Cultural diversas (IPHAN, p 4, 2014).

Em 1999, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN. De acordo com as autoras, a educação patrimonial “Consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

As ações educativas significativas devem ser incentivadas a partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação, e cuja metodologia se aplica a:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Cabe ressaltar que a publicação deste *Guia* foi uma iniciativa pioneira na área, e seu conteúdo resultou em inúmeras capacitações com técnicos das superintendências do IPHAN, agentes comunitários, professores e alunos da rede formal de ensino, em diversos lugares do país. Em circunstância desse *Guia*, diversas práticas têm sido desenvolvidas no país, resultando em experiências inovadoras.

Podemos perceber que as ideias sobre educação patrimonial primam pela construção coletiva do conhecimento, que aconteçam por meio do diálogo e da participação. Por isso, nesta pesquisa propusemos processos educativos estruturados a partir de ações reflexivas e transformadoras. E, assim, nos distanciamos das práticas educacionais que valorizavam apenas a reprodução de informações.

Refletindo acerca de questões referentes ao patrimônio no estado da Paraíba, podemos citar a existência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), fundado por meio do Decreto nº 5.255, em 31 de março de 1971 (PARAÍBA, [2018?]). Este é o órgão estadual responsável pela preservação do patrimônio, e se encontra vinculado à Secretaria de Educação e Cultura. E que tem a finalidade de resgatar e preservar a memória da Paraíba, por meio do cadastramento e tombamento de seus bens móveis e imóveis que possam ser reconhecidos pelo seu valor histórico, artístico, cultural, ecológico e paisagístico.

Ao longo desses anos, por meio de ações do IPHAEP, diversos municípios da Paraíba passaram a ter seus centros históricos tombados, dentre eles o município de Alagoa Grande pelo Decreto 23.551, de 07 de novembro de 2002 (PARAÍBA, [2019?])<sup>4</sup>. Entretanto, o Museu casa Margarida Maria Alves não pertence ao centro histórico, pois se localiza em uma região periférica da cidade. Assim, até os dias de hoje, esta instituição não foi tombada como patrimônio histórico de Alagoa Grande, e nem existem documentos comprobatórios da obrigatoriedade de sua existência na prefeitura local. Por essa razão, o desenvolvimento de atividades de valorização desse patrimônio tornou-se fundamental para esta pesquisa, porque este estudo juntou-se as justificativas para a preservação deste Museu.

Já em relação as práticas de educação patrimonial que eram desenvolvidas no âmbito escolar da cidade de Alagoa Grande, encontramos relatos de ações tímidas; que praticamente se concentravam na apresentação do patrimônio cultural local nos dias que antecediam a emancipação política da cidade. Desse modo, fazia-se necessário provocar reflexões sobre a educação patrimonial no espaço escolar, possibilitando o aguçamento de sentimentos de pertencimento e contribuição para o reconhecimento e valorização desses patrimônios pelos docentes e, conseqüentemente enquanto sujeitos disseminadores, também para seus discentes.

Muitas vezes, rememorar o passado nos traz alegrias, mas também dores, angústias que, às vezes, optamos pelo esquecimento.

Ao diferenciar história e memória, Nora (1993) reflete que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...] vulnerável a todos os usos e manipulações [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre

---

<sup>4</sup> Segundo Targino (2003), esse decreto delimita o Centro Histórico de Alagoa Grande. Vários patrimônios estão inclusos nessa delimitação, entre eles: casarões, a igreja Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, o Teatro Santa Ignez, a lagoa da cidade e a Prefeitura Municipal.

atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p.7).

Entendemos também que conceito de memória se relaciona ao processo mental de rememoração de nossas lembranças pessoais na relação com nossas experiências vividas (GALZERANI, 2006).

Já Le Goff (1990, p. 423) define a memória como sendo a “propriedade de conservar certas informações [...] pelas quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, apontando as principais transformações sofridas pela memória, a partir do estudo das sociedades sem escrita, nas quais existiam os especialistas da memória, os homens-memória, eram eles que guardavam os códices reais, as histórias da corte (LE GOFF, 1990).

Com o aparecimento da escrita ocorreram profundas transformações na memória coletiva. A escrita possibilitou à memória coletiva um duplo progresso: a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo, de um acontecimento memorável, assumindo a forma de inscrição e suscitando na época moderna uma ciência auxiliar da história, a epigrafia. O documento escrito, passou a apresentar duas funções principais: o armazenamento de informações, que permitia a comunicação através do tempo e do espaço, como também assegurava a passagem da esfera auditiva à visual, possibilitando “reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (LE GOFF, 1990, p. 433).

Contribuindo para a conceituação de memória, Maurice Halbwachs (2006), evidencia que existem memórias individuais e coletivas. Para ele, a memória individual não está inteiramente isolada e fechada, de modo que:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque, jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

A memória individual sempre estará ligada à memória de um grupo (memória coletiva), sendo influenciada por diversos fatores externos. A memória é, assim, um elo entre presente e passado e por meio dela é possível elaborarmos questões como: podemos indagar como esse passado foi constituído? De que forma ele fundamenta o presente? E como é possível reconhecermos e valorizarmos a memória coletiva da localidade que estamos inseridos? Acreditamos que um dos caminhos que nos permite construirmos respostas parciais sobre essas indagações é o da via educacional.

Compreendemos que ações voltadas para a questão patrimonial podem contribuir para valorização das memórias locais, criando-se os sentimentos de vínculos com o local, de identificação e de pertencimento com estes “lugares de memória” (NORA, 1993).

Partindo dessas concepções passamos a promover ações educativas dentro do Museu Casa Margarida Maria Alves com os professores das séries iniciais (1º ao 5º ano), da escola que acolheu esta pesquisa. Isto possibilitou que fossem criados laços de interação dos pesquisadores com os docentes e a escola, provocando (re)descobertas e favorecendo a ressignificação do olhar dos professores em relação aos objetos de uso cotidiano que se encontravam no Museu. Esta ação educativa possibilitou momentos de rememoração do passado da vida dos educadores e, por meio do diálogo, eles compartilharam as memórias de suas experiências vividas uns com os outros, passando, então, a criação de identificações com o Museu Casa Margarida Maria Alves.

## 2 Museu Casa Margarida Maria Alves

Figura 1. Fachada do Museu Casa Margarida Maria Alves



Fonte: Acervo de Gercimária Sales da Silva (2018).



A foto acima mostra a visão da fachada do Museu Casa, sendo que o edifício foi pintado nas cores azul e amarelo, onde vemos a porta principal que possibilita dois tipos de abertura e duas janelas pintadas de cor marrom. Nota-se que não aparece o nome museu em sua fachada, sendo identificada apenas por “Casa Margarida Maria Alves”, onde lemos abaixo a frase “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Esta era uma das frases mais propagadas pela líder sindical em seus discursos. Vê-se, ainda, abaixo de uma das janelas, uma placa com os dizeres que ali fora assassinada a líder sindical.

Ao entrarmos no interior do Museu Casa, podemos perceber que ele apresenta características de uma casa simples, semelhante a tantas outras casas pobres que encontramos na cidade. Segundo informações que tivemos da funcionária municipal que cuida do local, foram mantidas as disposições dos poucos moveis utilizados pela sindicalista quando ela morava no local. Ainda, segundo o depoimento dessa funcionária:

Mudou o telhado que antes era madeira roliças, tem até a foto ali no quarto. A porta, fizeram uma também do mesmo modelo, também tem ali a foto no jornal, e as janelas, mas o piso é o mesmo, a estrutura da casa é a mesma, só o telhado, janela e a porta mesmo, até a cor permanece, sempre foi cremezinha, sempre pintou dessa cor nunca muda por dentro. A madeira estava estragada e era daquelas roliças [...]<sup>5</sup>.

Ao percorrermos os cômodos da casa, percebemos que foram expostos vários documentos que narram notícias das ações políticas da sindicalista e versões de sua história de vida. Além disso, encontramos objetos pessoais, utensílios utilizados no corte e transporte da cana-de-açúcar, fotografias, documentos como Registro Civil de Casamento e Certidão de Óbito de Margarida, quadros de homenagens que expõe folhetos, panfletos, registros de discursos, recortes de jornais da imprensa nacional e internacional, entre outros.

Concordamos com Pacheco (2010, p. 145), quando este autor afirma que: “Ao escolhermos um objeto para o acervo... estamos retirando-o de seu contexto original para lhe atribuir outra funcionalidade [...]”. É consenso que ao colocarmos expostos em um museu objetos de uso cotidiano, eles perdem a sua função original. Entretanto, os poucos objetos que compõem o acervo deste Museu Casa, permitem a criação de diferentes narrativas sobre a história de Margarida Maria Alves. E, para além disso, revelam o modo de vida de uma grande parcela da população brasileira que tradicionalmente foi alijada das narrativas oficiais da história brasileira.

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida pela funcionária do museu à pesquisadora em outubro de 2018.

Na primeira sala, vemos escrita na parede mais uma das frases ditas pela sindicalista e que ficaram conhecidas, “Da luta não fujo”. Abaixo desta frase, encontramos um quadro com a fotografia da líder, o qual é acompanhado de um expositor feito em moldura em madeira. Nele aparecem o nome do museu, a data de sua inauguração e folders com informações acerca do acervo.

Ainda na primeira sala, em um expositor de vidro, aparecem expostas mensagens da anistia internacional, vindas de vários lugares do mundo, o que demonstra a repercussão de sua morte, bem como, o sentimento de solidariedade e revolta pela falta de impunidade do assassinato.

Continuando o percurso pelos espaços do Museu, encontramos um busto da líder sindical, utensílios utilizados no corte e transporte da cana-de-açúcar, e objetos como como toalhas, uma xícara, um socador de alho, e até uma geladeira que lhe pertenceu.

Figura 2. Objetos que pertenceram à Margarida



Fonte: Acervo de Gercimária Sales da Silva (2018).

Na concepção de Pacheco:

Os objetos [...] são alegorias do passado que se deseja lembrar. Isso significa que eles não são o próprio passado, mas objetos culturais selecionados e ordenados para produzir um discurso sobre o passado que atenda às demandas da comunidade de evocar o seu passado (PACHECO, p. 146, 2010).

Entendemos que o processo de montagem desse Museu priorizou os objetos que pertenceram e que eram utilizados por Margarida no seu dia-a-dia. Formam, portanto, uma coleção de utensílios pessoais que possibilitam ao público interpretações sobre como a sindicalista supria suas necessidades materiais e básicas. Ou então, quais eram as limitações

econômicas e quais os limites de conforto pessoal que existiam nas residências de pessoas que pertenciam as classes de trabalhadores rurais na Paraíba.

Nas paredes do Museu encontramos diversos quadros com cartazes e murais, onde são expostos recortes de reportagens de jornal, trechos de textos de livros, a certidão de nascimento e de casamento de Margarida e seu registro de óbito. Além disso, vemos também um conjunto de fotografias de Margarida e de seus familiares, ou então, de fotografias que registraram a missa de 7º dia de sua morte, realizada em 19 de agosto de 1983.

No corredor que dá nos quartos e na cozinha foi montada uma exposição com o título “Retratos da história: o caminho das margaridas”, que apresenta registros fotográficos que mostram os caminhos percorridos pelas mulheres no movimento “Marcha das Margaridas”. Esta marcha é realizada todo mês de agosto desde o ano 2000, quando mulheres trabalhadoras saem da Paraíba e de diferentes estados brasileiros para marcharem em direção à Brasília, onde é realizada uma grande manifestação. Nas primeiras versões desta marcha popular destacavam-se reivindicações que exigiam melhoria das condições de trabalho das mulheres no meio rural. No entanto, com o passar dos anos, as reivindicações foram expandidas para denunciar os vários problemas e conflitos que ocorrem entre os grandes fazendeiros e os trabalhadores e trabalhadoras.

Figura 3. Fotos da exposição “Retratos da história: o caminho das margaridas”



Fonte: Acervo de Gercimária Sales da Silva (2018).

Este Museu também é utilizado como sede do Movimento de Mulheres, Núcleo de Apoio às Associações do Trabalhador Rural e Centro de Estudos das Questões Agrárias Maria

da Penha<sup>6</sup>. Por essa razão, existe uma sala do Museu que é destinada para ser o Centro de Estudos das Questões Agrárias, onde em uma das paredes foi colocado um quadro com a fotografia desta outra sindicalista.

Ainda na parte interna do Museu, visualizamos a antiga cozinha e um banheiro. A casa também possui um quintal com um banheiro externo e uma área para lavanderia.

A transformação de uma casa, sem características arquitetônicas sofisticadas, em museu, nos revela que o mundo museal no Brasil passou por transformações. A esse respeito, Chagas aponta que:

Já não são apenas os palácios de reis, príncipes, princesas e nobres; as casas de presidentes, ministros e políticos poderosos; as moradias de empresários e artistas bem sucedidos economicamente ou as residências de colecionadores abastados que produzem museus e conquistam um lugar entre os lugares de memória que constituem a memória social. Observa-se a valorização dos direitos à cultura, à memória, ao patrimônio e ao museu como direitos de todos, como direitos de todas as camadas sociais, de todos os grupos étnicos. (Chagas, 2010, p. 7)

O *Guia dos Museus Brasileiros*, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram - Ministério da Cultura), publicado em 2011, já evidencia a diversidade museal brasileira e aponta para um crescimento expressivo do setor. Este Guia traz informações sobre os museus brasileiros, indicando o ano de sua criação, a sua situação legal atual, o endereço, o horário de funcionamento, a tipologia de acervo, o tipo de acessibilidade e sua infraestrutura para recebimento de turistas estrangeiros. Hoje em dia, já são mais de três mil museus em território nacional que foram mapeados pelo Ibram.

| 12

### 3 A oficina de educação patrimonial

Hoje em dia, ao adentrarmos no espaço deste Museu Casa, percebemos que por meio da análise e problematização de seu acervo, existem diferentes possibilidades para a construção de versões da história da cidade de Alagoa Grande. Isto é, a partir do estudo deste Museu podemos partir de pontos de vistas que não privilegiam apenas as trajetórias históricas das famílias mais ricas e poderosas desta cidade. Por essa razão, propusemos um estudo desta instituição e realizamos oficinas pedagógicas que oportunizaram a criação de diferentes versões

---

<sup>6</sup> Maria da Penha foi uma sindicalista de Alagoa Grande e esteve ao lado de Margarida durante muito tempo, chegando a ser também presidente do Sindicato. Fundou o movimento de Mulheres do Brejo e integrou a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT/PB. Lançou os livros “Violência Rural e Reforma Agrária” e “Por que Trabalhar com Mulheres”, em parceria com outros autores e entidades. Sua frase ficou marcada: “Só Quem luta é que sabe a dor que a gente sente”. Teve sua vida ceifada em 1991 por um acidente automobilístico.

da história local; em uma perspectiva da história social dos trabalhadores rurais da Paraíba. Do mesmo modo, os objetos desse Museu, nos incitaram a olharmos para nós mesmos, e para nossa história, produzindo o entendimento de relações temporais distintas que partiam do presente e iam em direção ao passado, de forma que pudéssemos ressignificar tanto o tempo presente, quanto o tempo passado (BENJAMIN, 2012).

Para entendermos a diferença de tratamento patrimonial e do tipo de patrimônio histórico que é valorizado na cidade, vamos apresentar dois dos edifícios que pertencem a área tombada pelo IPHAEP. No centro histórico da cidade de Alagoa Grande existem alguns casarões antigos que formam um conjunto arquitetônico, e que representaram o modo de vida das elites locais entre a metade do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX. Alguns desses edifícios possuem ornatos ecléticos com predominância neoclássica e azulejos portugueses. Nas duas primeiras imagens apresentadas abaixo, podemos visualizar a fotografia da esquerda a representação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, construída a partir de 1861. Ao lado, vemos a imagem o teatro Santa Ignez. O edifício desse teatro é considerado o quarto mais antigo da Paraíba, tendo sido inaugurado em 2 de janeiro de 1905.

Figura 4. Igreja matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem



Fonte: Paulo Wanderley (2019).

Figura 5. Teatro Santa Iñez



Fonte: <http://culturadobrejo.blogspot.com>.

Figura 6. Memorial Jackson do Pandeiro



Fonte: Acervo de Gercimária Sales da Silva (2018).

Esta terceira imagem mostra outro museu casa da cidade de Alagoa Grande, mas, diferente do Museu Casa Margarida Maria Alves, este é um edifício muito valorizado pelos moradores, pois destina-se a guardar a memória do compositor e artista brasileiro Jackson do Pandeiro. É um Museu que guarda o acervo histórico da produção musical desse artista e sua memória participa das justificativas que contribuem para a construção da identidade e da vocação musical das pessoas que vivem nesta cidade.

Ao reconhecermos o patrimônio cultural do município de Alagoa Grande, visualizamos diversas possibilidades de atividades educacionais. Porém, quando nos aproximamos das práticas educacionais desenvolvidas nas escolas de nível fundamental 1, percebemos uma ausência de atividades relativas à educação patrimonial. Na perspectiva de Melo, os patrimônios culturais e a história local configuram-se como:

[...] recursos teórico-metodológicos de abordagens não só para a pesquisa, mas também para o ensino de história, com a possibilidade de através de recortes espaciais e temporais devidamente contextualizados, resgatarmos atores sociais silenciados e omitidos da história geral tida como oficial (MELO, p. 76,2015).

Essa necessidade de olhar para o Museu Casa Margarida Maria Alves sob uma nova perspectiva, motivou-nos a pensar na seguinte questão: como os professores poderiam ressignificar suas práticas pedagógicas a partir da educação patrimonial mediada pelo Museu Casa Margarida Maria Alves? Tínhamos como hipótese inicial a ideia de que, a partir do momento que os professores criassem noções de empatia com o local e com os objetos expostos, poderíamos como em um sentimento de iluminação criar significados relativos às memórias pessoais (BENJAMIN, 2012). E como consequência disso, poderíamos construir correspondências entre a história da vida de Margarida Maria Alves e as histórias de vida das professoras e professores da escola.

Foi com esse intuito que propusemos a Oficina Pedagógica “Ressignificando memórias e histórias de vida – Casa Margarida Maria Alves”, destinada aos professores e professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro. Esta atividade de educação patrimonial, caracterizou-se pela “construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências” (CANDAU, 1995, p. 23).

Para o desenvolvimento dessas oficinas foi solicitado que cada um dos participantes levasse para o Museu um objeto pessoal que desencadeasse alguma lembrança de ordem sentimental. O nosso intuito era de que, por meio dos objetos pessoais, os docentes pudessem rememorar alguma experiência vivida, e que foi significativa para suas vidas. Além disso, foram selecionados alguns textos que tinham por objetivo de fundamentar as discussões relativas as temáticas seriam abordadas, tais como: patrimônio, memória, museu, a história da vida de Margarida Maria Alves e educação patrimonial.

Inicialmente, privilegiamos a discussão do texto do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, de autoria de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, publicado pelo IPHAN em 1999. Trabalhamos também com o *Manual de*

*Atividades Práticas de Educação Patrimonial*, de Evelina Grunberg (2007), para discutirmos quais eram as etapas que envolvem os processos que norteiam a ideia de educação patrimonial: observação, registro, exploração e apropriação.

Durante o desenvolvimento desse trabalho didático fomos esclarecendo que nosso olhar metodológico era focado no diálogo e na construção de relações com o outro, procurando respeitar as singularidades de cada sujeito e permitindo as trocas de experiências entre todos os docentes envolvidos na oficina. Utilizamos, também o conceito produção de conhecimento a partir de uma “racionalidade estética”, que se caracteriza por ser um tipo de racionalidade que transforma os tempos passados em tempos redescobertos. E, é por essa transformação que produzimos os saberes históricos escolares, propiciando a criação de explicitações e narrativas históricas que revelam a possibilidade da existência de os pontos de vistas diferentes, originando histórias que também podem ser diferentes (GALZERANI, 2008).

Neste sentido, incentivamos que cada participante compartilhasse as memórias dos objetos pessoais que eles tinham levado para a oficina. Eram objetos de valor afetivo e, portanto, significativos para vida de cada um, provocando lembranças sobre as experiências vivenciadas no passado.

Figura 7. Objetos antigos e de valor afetivo dos professores participantes



Fonte: Paulo Wanderley (2019).

Como aponta Scifoni (2017):

Fotos antigas, roupas de infância, álbuns de figurinhas, brinquedos antigos, toda pessoa guarda algum tipo de objeto que remete a experiência vivida em seu passado, ainda que ele seja muito recente. A guarda destes objetos pessoais se dá na medida em que cada um deles é capaz de mobilizar lembranças, necessárias a compreensão do que somos como indivíduo humano, ou seja, da formação de uma identidade (SCIFONI, 2017, p. 8).



Rememorar o passado sempre nos traz lembranças e nos enche de emoção. As mais lindas e diversas histórias puderam ser partilhadas a partir dos objetos que os professores levaram na oficina. Foi perceptível o quanto esses objetos despertavam memórias com significados específicos. Além disso, esses objetos agiam como despertadores de diferentes sentimentos, que como lampejos traziam à tona memórias de diferentes experiências que foram vividas pelos docentes. Para ilustrarmos a potencialidade deste tipo de atividade, apresentamos abaixo trechos de dois depoimentos orais de duas professoras participantes da oficina.

A pessoa que eu sou, eu devo a eles e hoje eu tô educando meus filhos em cima daquilo que eles me transformaram. A minha mãe ela adoeceu... e todo tratamento dela o médico disse que ela tava fazendo pela questão dele cumprir com a obrigação... com o juramento dele... mas ele sabia que não tinha jeito e pediu que colocasse nela uma terapia para os dias de angústia... minha mãe gostava de fazer crochê... Ela dizia que eu ia ter uma menina e a primeira peça da terapia dela foi esse vestido aqui... Eu não tinha minha Laura... mas quando ela voltou a fazer crochê sentada na área... nas tardes dela... a primeira peça que ela providenciou foi esse vestido que a minha filha usou... pena que ela não viu a minha filha usando... Mas isso aqui é uma lembrança que eu tenho muito forte. (P 1, 2019)

Eu tenho esse anjinho aqui... eu gosto muito de imagens de anjos... esse anjinho foi do batizado de Vinícius, quase 18 anos que eu tenho... eu achei interessante eu lembrar... Quando eu recebi... a pessoa que me entregou disse assim... isso aqui representa seu filho e vai ser um anjo na sua vida... E realmente meu filho é um anjo na minha vida... É um menino abençoado de todas as formas possíveis que vocês possam imaginar. (P 8, 2019)

Ao nos determos às memórias, destacamos as contribuições de Galzerani (2006), que nos apresenta uma concepção de memória ancorada em Benjamin quando ele:

Articula o conceito de memória ao conceito de narrativa [...] ele propõe mergulhar o discurso nas experiências vividas. Enfatiza que as práticas narrativas devem se assentar no desapontamento da concepção absoluta da verdade, deixando vir à tona pessoas mais inteiras, na relação com outras pessoas, situadas no presente, dialogando com o passado, mas abertas ao futuro. Pessoas deixando transparecer suas certezas, mas também suas incompletudes. Pessoas que renunciam a tudo preencher, para deixar que algo do outro possa dizer-se (GALZERANI, 2006, p. 4).

Para Benjamin, “rememorar significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e sensibilidades sociais, existentes também no presente, uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro” (GALZERANI, 2006, p. 3).

Concordamos com os conceitos elencados, pois durante as narrativas dos docentes, percebemos que foram diversas as experiências vividas e descreveram inúmeras situações, entre elas: o abandono, as saudades, os dias marcantes, um presente especial. À medida que contávamos uns para os outros nossas histórias pessoais, nos sensibilizávamos e nos emocionávamos.

Após a exposição oral das memórias, pedimos que, em casa, os participantes registrassem (de forma escrita, em forma de poesia, cordel, ou da maneira que julgassem mais confortável) as memórias compartilhadas com o objeto escolhido e que trouxessem para o próximo encontro.

No segundo encontro foram lidos os registros escritos das memórias partilhadas no primeiro encontro e foi promovido uma roda de conversa acerca dos textos entregues.

Após essa atividade, os professores participantes foram convidados a realizar um passeio pelo Museu, observando-o atentamente na busca por um objeto que pertencia ao acervo e que remetesse à história de vida de cada um deles. Foi um convite à um olhar atento, sensível, aprofundado, único, individual, reconhecendo detalhes da própria vida nos objetos do Museu.

**Figura 8.** Os professores participantes passeando pelo museu



Fonte: Paulo Wanderley (2019).

Após percorrerem sem pressa o Museu Casa Margarida Maria Alves e reconhecerem o objeto que foi proposto, foi feita uma exposição oral justificando a escolha de cada um dos participantes e, mais uma vez, histórias de vida foram compartilhadas.

Vários foram os objetos que remeteram as lembranças passadas. Os utensílios utilizados pelos cortadores de cana, o chapéu de palha, o terço grande, os quadros religiosos, a marmitta de alumínio, as cartas. Cada um dos docentes foi partilhando suas memórias despertadas pelos objetos do museu. Neste caso, surgiram e as mais diversas histórias, sendo que a maioria delas fez menção a entes queridos que utilizavam esses objetos.

A casa de Margarida foi reconhecida como a representação da casa de tantas famílias da cidade e da nossa região. Concordamos com Mario Chagas (2010) que ao se referir as casas museus entende que:

As casas museus [...] constituem exemplos de exercícios de direito à memória que valorizam não as vozes dominantes ou os vestígios culturais das oligarquias e aristocracias todo-poderosas, mas sim as vozes que normalmente são silenciadas, o saber-fazer e a luta de indivíduos que a partir dos seus sonhos contribuem para o sonho do coletivo, sonhando justiça, trabalho, dignidade social e poesia (CHAGAS, 2010, p. 12).

Dentre as várias exposições das histórias rememoradas a partir dos objetos, um momento de grande emoção para todos os presentes foi quando um professor participante não conseguiu partilhar as lembranças do objeto escolhido, de tão sofrido que era, apenas chorou e disse que não estava em condições de falar, posto que “Quando nos deparamos com certas problemáticas oscilamos entre a vontade de lembrar e a de esquecer, mostrar e esconder, isso porque a tarefa de investigar o passado nos traz indagações, dores e alegrias.” (MARTINS, 2007, p. 45).

Ao final da oficina, foram elaborados pelos professores os roteiros e os planejamentos de atividades pedagógicas que seriam desenvolvidas junto com seus estudantes. Os textos, os roteiros e a descrição escrita das etapas e do plano das oficinas passaram a integrar o Material de Apoio Pedagógico. Uma cópia desse material, construído a várias mãos pelos pesquisadores e pelos professores foi deixado na escola como fonte de pesquisa para essa documentação possa ser utilizada por outros profissionais que se interessem pela temática. No museu, foi deixado um banner como forma de registro da vivência da oficina no lugar.

Acreditamos que os objetos museais podem servir como eficientes recursos para o desenvolvimento da educação patrimonial. Inclusive, reconhecemos que a abordagem que utilizamos é oportuna para ampliar o olhar de quem se dirige ao museu. Desta forma, os objetos do acervo tornam-se “passíveis de serem reelaborados e ressignificados pelos visitantes”. (PACHECO, 2010, p. 153).

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, entendemos que à medida que a ação educativa – oficina pedagógica – era vivenciada, o Museu Casa Margarida Maria Alves passou a ser entendido por uma nova perspectiva, que foi provocada por uma ação que despertou memórias pessoais e que a partir dessas memórias é possível construirmos outras versões da história local. Esse olhar que institui significados sensíveis aos objetos museais era reconhecido pelos participantes da oficina nos momentos que todos nós compartilhávamos nossas histórias.

Por meio dessa atividade todos os professores reconheceram que os objetos que fizeram parte da vida de Margarida também faziam parte da vida dos moradores da cidade de Alagoa Grande.

A vivência dos encontros suscitou grandes reflexões em relação à inserção de práticas voltadas ao Museu Casa Margarida Maria Alves no dia a dia escolar, inclusive, o reconhecimento da necessidade de reorganizar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Foi a partir desse trabalho e desta pesquisa que foi proposta a incorporação da temática de educação patrimonial no PPP da escola. Além disso, esta pesquisa também viabilizou os professores da escola ganhassem confiança para desenvolverem as mais diversas e criativas ideias que poderão ser postas em prática.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin, o anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CANDAU, Vera Maria *et al.* **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CHAGAS, Mario. A poética das casas museus de heróis populares. **Mosaico**, v. 4, n. 4, 2010.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **Margarida, Margaridas**: memória de Margarida Maria Alves (1933 – 1983) e as práticas educativas das mulheres camponesas na Paraíba. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do feminino: Margarida Maria Alves na luta pela terra. *In*: SCHEIDER, L.; MACHADO, C J. dos S. (orgs.). **Mulheres no Brasil**: resistência, lutas e conquistas. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2009, p. 67-84.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, História e tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA: NOVOS PROBLEMAS E NOVAS ABORDAGENS, 7., 2006. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2006.

\_\_\_\_\_. A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias. *In*: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008, p. 223-235.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: Iphan, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, M.L.P. GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do Iphan na Paraíba. Casa do Patrimônio da Paraíba. **Educação Patrimonial**: diálogos entre escola, museu e cidade. Caderno Temático 4. Organização, Átila Bezerra Tolentino [et al.], João Pessoa: Iphan, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MARTINS, Lucciane Guedes da Luz. Caudilhos no Rio Grande do Sul: uma revisita à memória dessa época polêmica da história rio-grandense. *In*: SOARES, André Luis Ramos (org.). **Educação Patrimonial**: Teoria e Prática. Santa Maria: UFSM, 2007.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo-SP, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010.

PARAÍBA, Governo do Estado da. **Histórico**. Histórico do IPHAEP. [2018?]. Disponível em: <<http://ouvidoria.pb.gov.br/iphaep/institucional-1/historico>>. Acesso em: 08 set. 2020.

PARAÍBA, Governo do Estado da. **Municípios com Centros Históricos Tombados**. [2019?]. Disponível em: <<http://ouvidoria.pb.gov.br/iphaep/institucional-1/historico>>. Acesso em: 08 set. 2020.

ROCHA, Guilherme Salgado. **Margarida Alves**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996. (Coleção construtores da justiça e da paz).

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Teias**, v. 18, n. 48, Jan./Mar., 2017.

TARGINO, Itapuan Botto. **Patrimônio Histórico da Paraíba – 2000/2002**. João Pessoa: Ideia, 2003.

---